

JANEIRO-FEVEREIRO

Síntese de Conjuntura Econômica Maranhense

Por Felipe de Holanda, João Marques, Erivam Junior e Renan Lessa

CENÁRIO INTERNACIONAL

Conflitos políticos e econômicos servem de combustível para uma vindoura crise financeira mundial

• Tendo em vista que a trégua contencioso comercial e geopolítico entre EUA e China deverá continuar em 2019. A escalada das sanções impostas pelos EUA e retaliadas pela China deverá retornar após o término da trégua, provavelmente ao final de março. Os impactos negativos da guerra comercial vêm sendo sentido principalmente pela China, que registra expressiva deterioração em indicadores de intenção de investir e consumir naquele país.

• A saturação da política fiscal expansionista realizada por Trump, caracterizada por redução de impostos e ampliação de investimentos em infraestrutura, levou o déficit público estadunidense a um patamar superior a 6% do PIB, inédito para tempos de expansão econômica. O crescimento das dívidas corporativa, resultado do longo período de taxa básica de juros reais negativos, levou empresas a realizar recompras de ações financiadas por dívida, inflando o mercado financeiro estadunidense. Além disso, o aperto monetário nos EUA realizado pelo FED ao longo dos últimos meses, levou à queda no valor dos títulos de dívida já emitidos e reduziu a solvência de empresas já altamente endividadas. Em um contexto de crescentes pressões inflacionárias, deverá continuar em 2019 a elevação da taxa de juros básica, sustentando a valorização da moeda norte-americana e ampliando a pressão sobre empresas endividadas em dólar, especialmente em países emergentes, como o Brasil.

• A Europa ocidental passa por um período de forte insatisfação social com a classe política, levando a protestos anti-establishment, onde se misturam

reivindicações diversas sem unificação política no discurso, a exemplo dos “coletes amarelos” na França. A repressão agressiva por parte do governo francês, somada à falta de coesão política entre os manifestantes vulnerabiliza o movimento, deixando-o aberto à cooptação pela onda populista de extrema direita que se alastra pelo continente.

• A saída formal do Reino Unido da União Europeia, marcada para o fim de março, tem potencial de aumentar a instabilidade do bloco, reforçando discursos eurocéticos. Vale lembrar que, diferentemente de grande parte dos membros do bloco, o Reino Unido não adotou o Euro, de modo que se exponencializa a instabilidade gerada por eventuais movimentos similares em países da eurozona.

CENÁRIO NACIONAL

Mini-reformas tributária e da Previdência integram as primeiras medidas encaminhadas pelo Governo Bolsonaro ao Congresso.

• A primeira medida anunciada pela equipe econômica do Presidente Bolsonaro na área tributária, reduz a alíquota superior do IRPF de 27,5% para 25% e compensa a perda fiscal com aumento no IOF. Caso a proposta vingue, no curto prazo, haverá aumento da pressão tarifária sobre o consumo em relação à renda. O resultado seria um sistema tributário ainda mais regressivo, fortalecendo as desigualdades inter-regionais, visto que a mudança impactaria negativamente as transferências do FPE e FPM. Além disso, Estados mais pobres, onde a arrecadação é proporcionalmente maior no consumo, sentirão o efeito mais diretamente. No Maranhão, assim como nos demais estados brasileiros, o consumo encarecido impactaria negativamente a demanda, a qualidade de vida e a arrecadação.

CENÁRIO ESTADUAL

Além dos impactos negativos da redução das Transferências Correntes, a redução do ritmo de crescimento das Operações de Crédito se coloca como desafio à gestão fiscal do Maranhão

• O crescimento do consumo maranhense dependerá da capacidade de recuperação do mercado de trabalho, sendo que o Ministério do Trabalho (RAIS-CAGED) registrou no Maranhão um saldo de 40.045 demissões líquidas de emprego formal, entre 2015 e 2017, comparado com um saldo positivo de contratações líquidas de 10.173, em 2018, que contribuem, juntamente com a modesta redução das taxas de juros reais aos consumidores, para uma retomada do consumo. A redução do endividamento de uma parte dos consumidores, juntamente com a demanda pela renovação de automóveis vem estimulando o consumo de bens duráveis. A velocidade da recuperação, entretanto, é lenta, devido à elevada desocupação e à precarização de uma parte supressiva da população ocupada.

• Em nov/18, a Arrecadação Tributária do Estado foi de R\$ 723,8 milhões, 9,9% acima do apurado em nov/17. Esse ritmo de crescimento foi o principal condicionante do comportamento da Receita Corrente em 2018 (R\$ +392,4 milhões e +5,8%, no acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2017), já que as transferências da União cresceram em menor ritmo (R\$ +203,2 milhões, +2,7%). Assim, atenta-se para uma possível estagnação das Transferências Correntes em 2019 que, associada ao menor volume de aportes em Operações de Crédito, aparecem como alertas em relação ao equilíbrio financeiro do Estado.

• Até nov/18 a Despesa Total somou R\$ 17,6 bi, crescimento real de 4,3% em comparação ao total gasto em 2017. Destaca-se que

• Uma nova proposta de reforma da Previdência deve ser apresentada ao Presidente Bolsonaro nesta semana e encaminhada ao Congresso em fevereiro. O texto inclui proposições encaminhadas por Michel Temer e ratificada em Comissão Especial da Câmara em 2017, aproximando-se da versão coordenada por Armínio Fraga (ex-presidente do BC). A apuração do Jornal Valor Econômico é de que essa versão pode gerar em 10 anos economia superior a estimada antes (R\$ 802,3 bilhões) aproximando-se da casa do trilhão.

• A aprovação da reforma da Previdência, um dos maiores desafios do governo Bolsonaro, dada impopularidade da pauta e por esbarrar em questões constitucionais, deve ser buscada ainda no primeiro semestre, enquanto dura a “lua de mel” do mandato. Em teste à desenvoltura política da equipe de Bolsonaro, a tramitação da reforma influencia por um lado o humor do mercado, que demanda reformulação de regimes pró-

prios, e por outro, contrária grupos-chaves de suporte eleitoral de Bolsonaro, cujo custeio previdenciário tem maior impacto *per capita*, como os militares. Espera-se na proposta, a implantação de regime misto, com conferência de renda básica universal a idosos, redução do custeio em regime de repartição, a ser parcialmente substituído pela capitalização.

• Ressalta-se que a consolidação de reformas fiscais, além de ser um caminho difícil, não gera impactos imediatos, ainda mais, com a atividade industrial fragilizada, defasada tecnologicamente, reflexo do baixo nível de investimentos em bens de capital (-0,5% até nov/18 e que desde 2010 não aumenta), pouca geração de empregos (+11 mil empregos nos últimos 12 meses), índice de confiança deprimido e que não responde às inéditas baixas taxas de juros. Este panorama destaca a importância de concatenar reformas às políticas industriais.

até novembro o componente Outras Despesas Correntes (R\$ +384,4 milhões, +6,1%) cresceu em patamar superior ao de Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 299,1 milhões, +3,9%). Até nov/18, as despesas de capital (investimentos) registravam crescimento real de 2,1% (R\$ +52,1 milhões).

• O item Outras Despesas Correntes vinha registrando crescimento real ao longo de todo o ano de 2018, ao considerar-se o acumulado do período até o mês. A mudança de comportamento, com o decréscimo de 20% em novembro deve-se, sobretudo, à queda do dispêndio com Sentenças Judiciais (R\$ -150,1 milhões) e à queda de 20% (R\$ -6,4 milhões) com Material de Consumo, ainda que, por outro lado, o item Outros Serviços de Terceiros - PJ tenha apresentado crescimento (R\$ +184,2 milhões, +7%).

• Os investimentos públicos em 2018 totalizaram 706,6 milhões, concentrados principalmente nos segmentos de infraestrutura (R\$ 436,1 milhões) e educação (R\$ 66,7 milhões). Entre os investimentos do Governo do Maranhão projetados para 2019 (R\$ 1,1 bilhão), 97,4% encontram-se em andamento, sendo que a continuidade em 2020 e após depende, também, da busca de novas Operações de Crédito, em um cenário nacional tremendamente desafiador.

Maranhão: Desempenho das Receitas - 2017 e 2018, Valores Reais

DESCRIÇÃO	Acum. do ano		Novembro		Variação %	
	2017	2018	2017	2018	18/17	nov18/nov17
RECEITA TOTAL	14.889,0	15.438,9	1.334,0	1.419,4	3,7	6,4
Receitas Correntes	15.808,0	16.384,9	1.382,2	1.526,7	3,6	10,5
Receita Tributária*	6.776,4	7.168,9	658,7	723,8	5,8	9,9
ICMS	5.763,5	6.170,4	590,6	656,5	7,1	11,1
Transferências Correntes	7.653,3	7.856,4	614,5	741,9	2,7	20,7
FPE	5.677,4	5.847,4	474,1	541,5	3,0	14,2
FUNDEB	1.198,3	1.281,8	58,8	111,4	7,0	89,6
Outras Receitas Correntes	1.378,3	1.359,7	109,0	61,0	-1,4	-44,0
Rec. Corrente Intra-orçam.	576,3	502,1	57,0	88,4	-12,9	55,0
Receita de Capital	573,9	699,0	78,9	14,3	21,8	-81,9
Operações de Crédito	391,5	579,6	14,6	0,0	48,0	
Outras Receitas de Capital	165,5	103,7	62,4	10,6	-37,3	-83,0
Deduções de Receita	-2.069,3	-2.147,2	-184,1	-209,9	3,8	14,0

FONTE: SEPLAN/MA. *Dados de Arrecadação Tributária fonte SEFAZ/MA (SIAT).

Maranhão: Desempenho das Despesas - 2017 e 2018, Valores Reais

DESCRIÇÃO	Acum. do ano		Novembro		Variação %	
	2017	2018	2017	2018	18/17	nov18/nov17
DESPESA TOTAL	16.959,8	17.688,7	1.651,4	1.508,6	4,3	-8,6
Despesas Correntes	14.420,8	15.097,6	1.454,1	1.447,5	4,7	-0,5
Pessoal e Encargos Sociais	7.763,2	8.062,3	610,0	773,9	3,9	26,9
Juros e Encargos da Dívida	372,4	365,7	31,7	16,5	-1,8	-48,0
Outras Despesas Correntes	6.285,1	6.669,6	812,2	656,9	6,1	-19,1
Aplicações Diretas	4.299,9	4.576,6	581,4	464,2	6,4	-20,1
Locação de Mão-de-Obra	320,9	352,6	30,6	26,2	9,9	-14,2
Material de Consumo	164,3	167,3	31,9	25,6	1,8	-19,9
Outros Serviços de Tercei (PJ)	2.622,1	2.806,3	261,9	303,5	7,0	15,9
Sentenças Judiciais	285,5	151,7	163,6	13,5	-46,9	-92
Passagens/Despesas Loco	75,9	77,8	11,1	12,1	2,4	9,3
Outras	1.985,2	2.093,0	230,9	192,7	5,4	-16,5
Despesas de Capital	2.538,9	2.591,0	197,3	61,14	2,1	-69,0
Investimentos	1.864,8	1.682,1	160,3	35,02	-9,8	-78,2
Amortização da Dívida	559,5	548,8	37,0	26,12	-1,9	-29,4
Inversões Financeiras	114,5	360,0	-	-	-	-
Serviço da Dívida¹	932,0	914,6	68,8	42,7	-1,9	-38,0